

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# A PROMESSA ADIADA: CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOESÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO PÓS- INDEPENDÊNCIA

Ayolsé Andrade Pires dos Santos, Etiene Villela Marroni

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13256>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **A PROMESSA ADIADA: CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

**Ayolsé Andrade Pires dos Santos**  
<https://orcid.org/0000-0003-1696-2354>  
ayolsesantos@hotmail.com

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPeI), Pelotas, RS, Brasil**

**Etiene Villela Marroni**  
<https://orcid.org/0000-0001-8067-5865>  
evmarroni@gmail.com

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPeI), Pelotas, RS, Brasil**

**RESUMO:** O processo de descolonização em São Tomé e Príncipe não implicou uma ruptura estrutural nas diretrizes econômicas do país. Apesar da conquista da independência formal, manteve-se o modelo primário-exportador, herança do período colonial que persiste até os dias atuais. A ausência de transformações na estrutura produtiva resultou na continuidade de uma economia frágil, marcada por sucessivos déficits na balança comercial ao longo de todo o período pós-independência. Por meio deste estudo exploratório, este trabalho tem por objetivo identificar os principais obstáculos ao subdesenvolvimento em São Tomé e Príncipe. A forte dependência de produtos industrializados externos de bens de consumo e bens de capital, configura-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento nacional. A este quadro somam-se o elevado nível de endividamento externo e a dependência estrutural de ajudas internacionais para o financiamento dos Orçamentos Gerais do Estado, fatores que inserem o país em uma armadilha da dívida, limitando sua autonomia e comprometendo a capacidade de formular políticas de desenvolvimento autônomas e sustentáveis. A baixa capacidade produtiva interna, o reduzido volume de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação e a ausência de políticas de industrialização, perpetuam a posição de São Tomé e Príncipe no conjunto dos países classificados como “em desenvolvimento”. Esse quadro evidencia a persistência de um padrão de dependência econômica, cujas raízes remontam à inserção histórica do país na divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: modelo primário-exportador, dependência econômica, endividamento externo, pós-colonialismo, são tomé e príncipe

## **THE DELAYED PROMISE: CONTRADICTION ABOUT ECONOMIC DEVELOPMENT IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE IN THE POST-INDEPENDENCE PERIOD**

**ABSTRACT:** The decolonization process in São Tomé and Príncipe did not imply a structural rupture in the economic policies of the country. Despite the achievement of formal independence, the primary-export model remained a legacy of the colonial period that persists till this day. The lack of substantial transformations in the productive structure resulted in an increased fragile economy, marked by successive trade deficits throughout the post-independence period. Through this exploratory study, this work aims to identify the main obstacles to underdevelopment in São Tomé and Príncipe. The constant dependence on foreign manufactured products, both consumer goods and capital goods, constitutes one of the main obstacles to national development. Moreover the high level of external debt and the structural dependence on international aid to finance the State Budget, factors that place the country in a debt trap, limiting autonomy and compromising the ability to formulate autonomous and sustainable development policies. Low domestic production capacity, as well as limited investment in education, science, technology, innovation, and the absence of the industrialization policies propagate São Tomé and Príncipe's position among countries classified as "developing." This situation highlights the persistence of a pattern of economic dependence, the roots of which dates back to the country's historical insertion in the international division of labor.

Keywords: primary-export model, economic dependence, external debt, post-colonialism, são tomé and príncipe

## INTRODUÇÃO

A conquista da independência de São Tomé e Príncipe, pequeno país africano localizado no Golfo da Guiné, representou um marco histórico e simbólico para uma população que, por séculos, esteve submetida ao jugo colonial. O processo de libertação nacional foi sustentado pelo discurso de construção de um país inclusivo, capaz de garantir melhores condições de vida para todos os seus cidadãos. Contudo, tal promessa mostrou-se inviável já nos primeiros anos do período pós-independência (Cruz, 2014; Menezes, 2015).

A adoção de um modelo econômico semelhante ao vigente durante a era colonial, o modelo primário-exportador, em um contexto internacional marcado pela ascensão do neoliberalismo como paradigma hegemônico, resultou na estagnação econômica do país. Ao invés de promover uma ruptura estrutural e adotar um projeto nacional desenvolvimentista, São Tomé e Príncipe manteve-se preso a uma lógica produtiva dependente e vulnerável, incapaz de concretizar as metas que haviam sustentado a luta pela libertação. Nesse cenário, este artigo busca responder à seguinte questão central: quais fatores políticos, econômicos e estruturais contribuíram para o adiamento da promessa de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe após a independência e de que modo o modelo adotado reforçou a condição de subdesenvolvimento do país?

A investigação parte da análise de indicadores macroeconômicos, com o objetivo de identificar evidências empíricas que demonstrem como a manutenção do modelo primário-exportador, herdado do período colonial, não colocou o país na trajetória do desenvolvimento. Pelo contrário, a opção por um modelo não desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2024) reforçou a condição de São Tomé e Príncipe como parte periférica do sistema capitalista (Harvey, 2006). A análise articula-se às teorias do desenvolvimento (Gilpin, 2002) e à crítica da economia política formulada por Marx e Engels (1980), adotando um método qualitativo-analítico, complementado pelo uso de dados quantitativos, de modo a garantir uma abordagem mais sistemática e aprofundada.

Atualmente, São Tomé e Príncipe permanece como fornecedor de matérias-primas para exportação e mercado consumidor de produtos industrializados oriundos dos países ricos e industrializados. Essa inserção na divisão internacional do trabalho é agravada pelo elevado endividamento externo, que restringe a autonomia econômica e limita a capacidade de formulação de políticas públicas transformadoras. Assim, a continuidade do modelo herdado inviabilizou a criação de estruturas produtivas capazes de sustentar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento.

Considerando que São Tomé e Príncipe é fruto direto da expansão marítima europeia e que, mesmo após a independência, manteve-se em relações de dependência externa, torna-se essencial analisar o fenômeno do subdesenvolvimento a partir da crítica da economia política. Ao contrário de algumas nações latino-americanas que, ao romperem com o modelo primário-exportador, avançaram em políticas de substituição de importações e industrialização, São Tomé e Príncipe assim como outros países africanos não experimentou transformações estruturais capazes de modificar sua base produtiva. Refletir sobre essa temática contribui para o diálogo entre o Brasil e países africanos, especialmente aqueles com menos de um século de independência, permitindo compreender como os legados coloniais e as escolhas de política econômica moldam, ainda hoje, as trajetórias nacionais de desenvolvimento.

Este trabalho está dividido em dois tópicos além da introdução e conclusão. Primeiro buscou-se uma análise da continuidade do modelo primário exportador como herança colonial, mostrando fragilidades da economia nacional e desigualdades do modelo no âmbito de uma economia global. Segundo, refletiu-se sobre a questão da dependência e suas implicações no desequilíbrio da balança comercial. Dessa forma busca-se entender sobre os impactos de uma economia com baixa produção, e a ausência de um programa de substituição da importação como principais obstáculos para se alcançar o desenvolvimento tão esperado pelos são-tomenses.

## **1 - A HERANÇA COLONIAL: O MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR**

Com a chegada dos portugueses a São Tomé e Príncipe no século XV deu-se início a introdução de monoculturas de exportação, primeiro com o ciclo de cana-de-açúcar e, posteriormente no século XVIII e XIX o café e cacau. A introdução das monoculturas se fez mediante o uso da mão de obra escravizada e, com a abolição em 1875, com trabalhadores em condições análogas à escravidão. A exploração dessa mão de obra, trazida à força do continente para as ilhas, permitiu o acúmulo de capital, a acumulação pré-capitalista. Os escravizados além de trabalharem na produção, eram obrigados a produzirem para seu próprio sustento, o que isentava os portugueses dos gastos com trabalhadores. A exploração da mão de obra e as boas condições climáticas garantiram aos produtores vantagem no mercado das metrópoles (Quaresma, 2017; Marx e Engels, 1980).

Além de sua função agrícola, o arquipélago de São Tomé e Príncipe desempenhou, durante séculos, o papel de entreposto estratégico no comércio transatlântico de pessoas escravizadas com destino às Américas. Por cerca de cinco séculos, as ilhas estiveram submetidas a um regime de exploração colonial intensa, cujo objetivo central era a extração máxima de excedentes econômicos e a transferência sistemática de riqueza para a metrópole. Essa dinâmica

permitiu a acumulação de lucros excessivos por parte da economia colonial, sem que houvesse, em contrapartida, investimentos significativos no desenvolvimento socioeconômico local.

Durante o período colonial, São Tomé e Príncipe não foi contemplado com iniciativas voltadas à modernização ou industrialização, que acompanhassem o avanço tecnológico e econômico em curso na Europa. As poucas infraestruturas existentes como as linhas férreas e alguns hospitais tinham caráter estritamente funcional à lógica de extração: as ferrovias visavam escoar a produção das roças (grandes empresas agrícolas coloniais) até os portos e alfândegas, enquanto os hospitais destinavam-se, primordialmente, à manutenção da força de trabalho, assegurando condições mínimas de saúde para continuidade da produção. A ausência de investimentos na diversificação econômica e na construção de uma base produtiva autônoma resultou em um legado estruturalmente frágil (Quaresma, 2017; Menezes, 2015).

A educação formal, elemento essencial para a formação de quadros técnicos e administrativos, não integrava o projeto colonial para a população africana. Como consequência, no momento da independência, o país carecia de profissionais qualificados capazes de gerir adequadamente as empresas e instituições herdadas. Áreas estratégicas, como saúde, engenharia, ciência e tecnologia, igualmente não receberam atenção ou recursos durante o período colonial, perpetuando um déficit de capital humano que se prolonga até os dias atuais. A escassez de recursos humanos qualificados comprometeu, e ainda compromete, a capacidade de formulação e execução de estratégias eficazes para o desenvolvimento nacional. Sem uma base técnica sólida e sem investimentos estruturantes, tornou-se difícil implementar políticas de transformação econômica capazes de alterar a inserção subordinada do arquipélago na economia global (Quaresma, 2017; Menezes, 2015).

Quando São Tomé e Príncipe conquistou sua independência em 12 de julho de 1975, após décadas de luta pacífica, já estava inserido nesse contexto de capitalismo altamente globalizado, no qual as antigas colônias eram mantidas como fornecedoras de produtos primários e mercados consumidores de bens industrializados, perpetuando sua condição periférica. Segundo Mandel (1985), o capitalismo tardio caracteriza-se por uma fase de integração mundial ampliada, marcada pela predominância das grandes corporações, pela centralização do capital e pela expansão tecnológica resultante da Terceira Revolução Industrial. Essa etapa histórica, que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, impôs novas formas de dependência às economias periféricas, restringindo suas possibilidades de industrialização autônoma. A análise de Piketty (2015) sobre a economia desigual complementa essa compreensão ao demonstrar que, no capitalismo contemporâneo, a taxa de retorno do capital

tende a superar a taxa de crescimento econômico. Essa dinâmica estrutural significa que a acumulação de riqueza se concentra sistematicamente nas mãos daqueles que já possuem capital, ampliando as desigualdades entre países e dentro deles. No caso de São Tomé e Príncipe, a ausência histórica de capital produtivo nacional devido também de uma burguesia nacional e, a dependência de fluxos externos de investimento colocam o país em desvantagem estrutural: enquanto as economias centrais reinvestem seus excedentes e expandem sua base produtiva, o arquipélago permanece limitado a atividades de baixo valor agregado, incapaz de romper o ciclo de desigualdade.

O legado colonial caracterizado pela ausência de infraestrutura voltada ao desenvolvimento interno e pela negação sistemática da formação de capital humano não apenas fragilizou as bases produtivas do arquipélago, como também o deixou vulnerável às dinâmicas de subordinação típicas do capitalismo tardio. Sob a ótica combinada de Mandel (1985) e Piketty (2015), a trajetória econômica de São Tomé e Príncipe após a independência revela a sobreposição de dois mecanismos estruturais: de um lado, a manutenção de uma inserção periférica ditada pela divisão internacional do trabalho; de outro, a lógica global de concentração de riqueza, que torna ainda mais difícil para países com baixa capacidade de acumulação interna alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

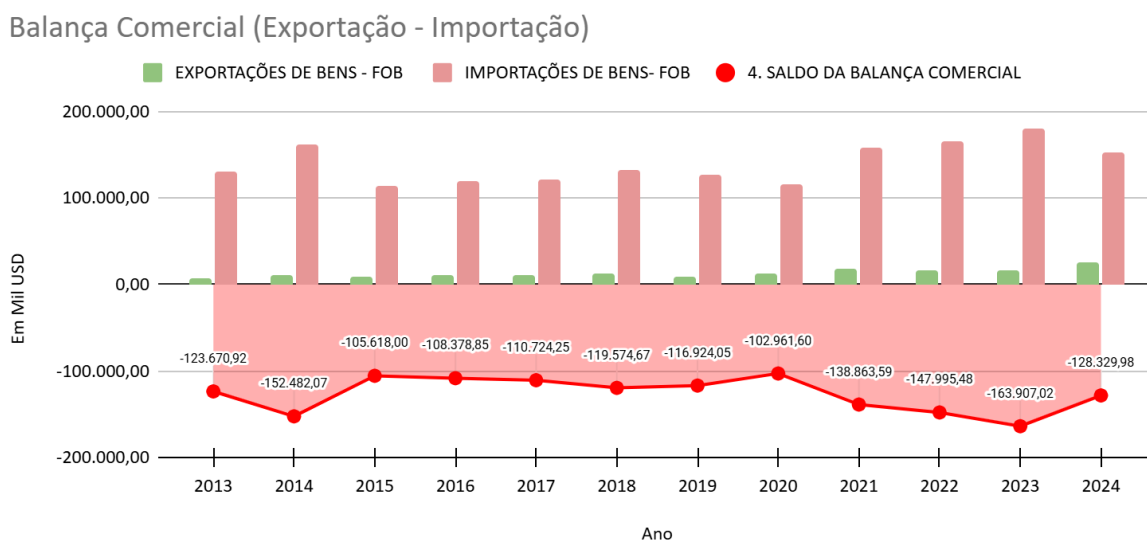
A perspectiva de Rodney (2022), em *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, acrescenta uma dimensão crucial a essa análise ao demonstrar que o subdesenvolvimento africano não foi uma etapa “natural” do processo histórico, mas sim o resultado de um projeto deliberado de exploração e desarticulação econômica promovido pelas potências coloniais. Para o autor, a colonização estruturou economias voltadas para fora, dependentes da exportação de matérias-primas e da importação de bens industrializados, de forma a impedir a emergência de uma base produtiva interna. No caso de São Tomé e Príncipe, essa lógica não apenas moldou a estrutura econômica colonial, mas continuou a orientar as relações econômicas internacionais no período pós-independência. Assim, o arquipélago permanece integrado ao sistema capitalista mundial como periferia produtora de bens de bens primários, enquanto as decisões estratégicas sobre o uso de seus recursos, investimentos e inserção comercial continuam, em grande medida, subordinadas aos interesses e dinâmicas definidas nos centros capitalistas (Santos, 2011; Chossudovsky, 1999).

A economia são-tomense manteve-se estruturada na produção de cacau, café e outros produtos extrativistas destinados à exportação, sem que houvesse uma crítica consistente à continuidade do modelo primário-exportador como base do desenvolvimento. Na década de

1980, com a implementação do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), os recursos foram direcionados quase exclusivamente ao fortalecimento da produção agrícola, reforçando a dependência do setor primário (Santos, 2022; Trigueiros, 2017). Essa lógica manteve o país subordinado dentro do sistema capitalista internacional, reproduzindo a dependência estrutural de importações de bens de consumo e de capital. Como observa Theotonio dos Santos (1970), a dependência não significa ausência de desenvolvimento, mas sim um desenvolvimento associado e subordinado, que reproduz as assimetrias entre centro e periferia. Nesse sentido, São Tomé e Príncipe tornou-se exemplo de uma economia periférica forçada a permanecer como exportadora de matérias-primas, enquanto importa produtos industrializados dos países centrais. Além disso, a exportação de capital pelos países ricos para os países periféricos não apenas reforça essa lógica de dependência, mas em alguns casos conduz à substituição da produção de alimentos básicos por produtos destinados à exportação, contribuindo para cenários de insegurança alimentar e fome em várias regiões do continente africano, como demonstrado no caso da Somália (Chossudovsky, 1999; Harvey, 2006).

Menezes (2015), em seu estudo sobre políticas de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe nos anos que se seguiram à independência, identificou uma balança comercial persistentemente deficitária. O país já apresentava baixa capacidade produtiva e elevada dependência de importações, situação que se mantém até os dias atuais. Conforme ilustrado no gráfico 1, elaborado a partir dos dados do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), as exportações têm sido insuficientes para cobrir as importações, gerando a necessidade de recorrer a empréstimos para financiar as despesas correntes. Além disso, o arquipélago enfrenta limitações na exportação de produtos primários, devido à pequena extensão territorial, ao relevo acidentado e ao crescimento populacional, que aumenta a demanda por áreas para construção habitacional, fatores que impactam diretamente a produtividade local (Santos, 2022).

Gráfico 1 - Balança comercial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante desse cenário a economia são-tomense tem apresentado um fraco crescimento, o que condiciona a efetivação de garantia de melhores condições à população. Tabela 1, observou-se os dados do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), por setor. Constata-se que o setor primário, que tem sido a grande aposta dos sucessivos governos como motor da economia, tem sido o setor de maior expressividade para crescimento do PIB. Embora o setor terciário seja o que apresenta maior expressividade no PIB, esse setor apresenta sua fragilidade uma vez que o fornecimento dos serviços depende de importações. A dependência de importações acarreta o encarecimento de preço ao consumidor final elevando assim o custo de vida. A importação de petróleo tem sido o principal produto que tem encarecido os preços. As ilhas dependem da importação do petróleo para produção de energia, bem como para abastecimento das viaturas, elevando o custo de transporte.

Tabela 1: de Crescimento real do PIB 2013-2023

CRESCIMENTO REAL DO PIB	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>ÓPTICA DE OFERTA</b>	5,1	4,9	1,5	5,2	4,1	4,4	2	2,6	1,9	0,2	0,4
<b>VALOR ACRESCENTADO BRUTO</b>	4,6	4,9	0,8	5,0	3,8	3,5	2,7	1,3	2,6	1,2	-1,1
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	6,6	-1,7	0,0	0,2	-2,3	-10,1	-10,9	0,7	-0,3	-13,6	-12,4
Agricultura de subsistência	8,7	-9,1	4,4	-2,1	4,1	0,0	3,1	16,3	2	-16,7	-17,4
Agricultura de exportação	9,3	17,9	-6,7	-1,1	8,1	-9,2	-4,7	-15,9	55,2	6,2	1,6
Produção animal e caça	5,3	7,9	0,6	2,5	3,6	-0,2	12,6	8	2	4,4	-4,1

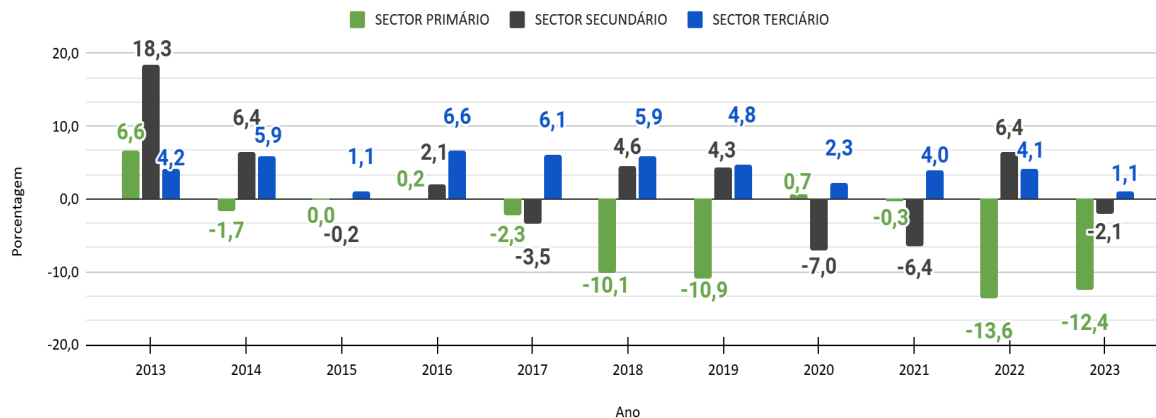
Silvicultura, exploração florestal	6,1	-18,3	24,8	-0,5	13,6	-35,5	17	6,3	-43,7	4,2	-17,6
Pesca, piscicultura e aquicultura	4,5	-1,0	-1,9	1,6	-8,0	-16,1	-22,2	-7	-6	-16	-11
Atividades extrativas	1,7	7,4	5,5	-2,1	-1,0	-2,2	-2,2	10,3	5,7	-0,6	-0,6
<b>SETOR SECUNDÁRIO</b>	<b>18,3</b>	<b>6,4</b>	<b>-0,2</b>	<b>2,1</b>	<b>-3,5</b>	<b>4,6</b>	<b>4,3</b>	<b>-7</b>	<b>-6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>-2,1</b>
Indústria agro-alimentar	8,1	-12,6	20,0	2,1	0,0	4,3	1	-57,4	-4,3	-0,1	2,8
Outras indústrias manufactureras	4,8	9,5	7,4	11,1	0,0	0,0	32,2	-12,1	5,3	-2,7	-38,6
Produção e distribuição de água, eletricidade e gás, saneamento	23,4	15,4	10,7	4,0	28,5	4,0	3,7	5,3	-0,6	6,9	-1,3
Construção	20,7	10,2	-11,3	0,8	-19,6	5,4	5,7	16,5	-11,9	8,9	-2,4
<b>SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>4,2</b>	<b>5,9</b>	<b>1,1</b>	<b>6,6</b>	<b>6,1</b>	<b>5,9</b>	<b>4,8</b>	<b>2,3</b>	<b>4</b>	<b>4,1</b>	<b>1,1</b>
Comércio	11,5	3,1	-2,8	2,4	-3,4	-0,7	2,2	0,6	8,4	7,4	7,4
Reparação de veículos	8,2	15,6	-37,2	-16,7	1,1	-8,8	-10,8	-24,1	145,4	15,4	9,3
Transporte e comunicação	-19,0	17,8	3,2	2,6	0,9	0,3	11,5	23,5	-3,4	9,1	14,1
Atividade financeira	20,3	14,7	23,5	39,0	4,1	2,0	22,7	-26,2	-10,7	-7,1	-35,7
Outros serviços prestados	2,1	-8,2	-8,2	-23,8	51,0	31,2	-5,1	-26,4	1,3	16,1	26,4
Atividades de administração Pública	24,3	9,2	9,5	9,8	-0,5	0,2	1,6	6,1	0,6	-15,5	-22,9
Educação	21,0	14,6	11,9	22,9	-5,1	11,4	-13,4	24,1	6,3	7,3	-16,5
Saúde e ação social	-46,9	-49,4	26,1	84,8	13,8	-5,8	-9,6	-1,4	7,8	5,1	22,2
Atividade de caráter pessoal ou coletivo pessoal: cabeleiros, salão de beleza	2,0	2,0	4,5	2,0	2,0	2,0	2	2	2	2	2
Atividades familiares	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2	2	2	2	2
Serviço de intermediação financeira (SIFIM)	20,3	12,2	23,5	41,4	4,1	2,0	-0,8	-62,4	-8	-10,8	-27,1

Fonte: Adaptado de BCSTP, 2024.

No gráfico 3, é apresentado a evolução da produção dos setores ao longo da última década e a limitada capacidade produtiva que se constitui no principal entrave ao desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. A baixa produção está relacionada à ausência de uma estrutura econômica capaz de promover a diversificação produtiva e sustentar o crescimento de setores variados. A carência de serviços básicos, como abastecimento regular de água, saneamento e eletricidade, tem comprometido a criação e expansão de novas atividades econômicas, reforçando o círculo de subdesenvolvimento. Observa-se uma fragilidade da superestrutura, manifestada na precariedade das instituições judiciárias e na limitada capacidade do Estado de elaborar, implementar e garantir o cumprimento de leis. Essa debilidade institucional cria espaço para práticas de corrupção e nepotismo, dificultando a consolidação de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social. Conforme a perspectiva marxista, a estrutura econômica condiciona a superestrutura política e jurídica, assim, a fragilidade produtiva do país repercute nas instituições e nas relações sociais, perpetuando o subdesenvolvimento (Marx e Engels, 1980).

Gráfico 2 - Crescimento real do PIB em gráfico de barra

Crescimento do PIB por sector entre os anos de 2013 - 2023 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados evidenciam que o subdesenvolvimento em São Tomé e Príncipe está enraizado em uma estrutura econômica historicamente frágil, marcada por baixa capacidade produtiva, dependência de importações e limitações territoriais e demográficas. Essa configuração estrutural não apenas restringe as possibilidades de diversificação econômica, como também obriga o país a recorrer constantemente a empréstimos externos para suprir suas necessidades básicas, reforçando um ciclo de dependência e vulnerabilidade econômica.

## 2 - A DEPENDÊNCIA EXTERNA: IMPLICAÇÕES NO DESEQUILÍBRIO NA BALANÇA COMERCIAL E O PROBLEMA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Dada as características naturais das ilhas, solo propício às práticas agrícolas, recursos hídricos e chuva regular, não há situações de miséria, e morte por fome. As condições naturais permitem que calamidades desse tipo não sejam a realidade das ilhas. No entanto, o problema que aflige o país são melhores condições dignas de vida. Água, energia e saneamento de meio garantidas de forma regular. Hoje com 50 anos de independência (1975-2025), o padrão de vida da população são-tomense ainda permanece baixa comparando aos países mais desenvolvidos. Acesso à educação de qualidade bem como acesso a melhores serviços de saúde são realidades ainda não alcançadas.

Nos últimos 50 anos, São Tomé e Príncipe tem insistido no modelo primário exportador como meio para alcançar o desenvolvimento. Contudo, como demonstrado, esse modelo tem acarretado alto déficit da balança comercial, uma vez que as importações têm superado as exportações. Esse desequilíbrio tem dificultado maior investimento em outros setores da economia. Prebisch (1962), salienta a importância da exportação no processo de diversificação do modelo econômico. De acordo com o autor às exportações de produtos primários tem por objetivo financiar o desenvolvimento da indústria nacional para substituição da importação. Uma vez que os preços dos produtos primários são volantes, e nos últimos séculos o comércio internacional tem desfavorecido os produtos primários, é importante que os países não se limitem a esse tipo de importação. No caso de São Tomé e Príncipe, os investimentos estrangeiros têm se limitado ao setor primário, principalmente a fileiras de exportação (Santos, 2022). A expansão do capital financeiro no país tem condicionado a superação do modelo primário exportador. Harvey (2006), argumenta que países periféricos recebem incentivos para permanecer no mesmo modelo. Dessa forma esses países ficam impossibilitados de implementar modelos alternativos que diminuam sua condição de dependência.

Essa desigualdade econômica é demonstrada por Piketty (2015), que entende que, enquanto os países periféricos produzem matéria prima, os países ricos se especializaram cada vez mais em produtos industrializados e de maior valor agregado. Para Dos Santos (2011), é por meio da industrialização que os países ricos puderam elevar os seus padrões de vida. No entanto, os países ricos têm impossibilitado o processo de industrialização nos países periféricos através da expansão do capital financeiro. Atualmente os países subdesenvolvidos enfrentam a nova dependência. As grandes empresas multinacionais agora se especializam em produtos industrializados para países periféricos. Dessa forma, o nascimento de uma indústria nacional vai se adiando.

De acordo com dados do Banco Central de São Tomé e Príncipe (2025), a base produtiva agrícola do país concentra-se em sete principais produtos: café, cacau, pimenta, chocolate, óleo de coco, coco e, mais recentemente, óleo de palma (dendê). Entretanto, essa produção apresenta fortes limitações estruturais. A reduzida dimensão territorial impede a produção em larga escala, enquanto o relevo acidentado dificulta a mecanização agrícola, restringindo a produtividade e a capacidade de diversificação (Santos, 2022). Como resultado, a economia nacional permanece excessivamente dependente de uma pauta restrita de exportações agrícolas, cuja inserção no mercado internacional é vulnerável a flutuações de preços.

Em contrapartida, o país mantém elevado volume de importações de bens essenciais de capital, de consumo supérfluos ou de luxo. Essa contradição revela um padrão de dependência econômica típico das economias periféricas, no qual a fragilidade produtiva interna se combina à crescente dependência de produtos importados, gerando desequilíbrios persistentes na balança comercial e limitando a construção de um modelo de desenvolvimento autossustentável.

Assim, o principal desafio de São Tomé e Príncipe centra-se na falta de produção suficiente que permita o desenvolvimento endógeno e autossustentável sem endividamento externo como hoje se verifica. Na figura 1, observa-se que o país possui um estoque da dívida no montante de 600 milhões de dólares.

Figura 1: Tabela do estoque da dívida pública (em milhões de dólares)

	2022	2023	2023	2023	2023	2024
		Março	Julho	Setembro	Dezembro	Março
<b>Stock da Dívida do Sector Público</b>	573.0	578.6	597.9	589.8	603.6	600.9
<b>Stock da Dívida do Governo Central</b>	376.6	318.6	330.1	318.6	338.8	336.5
<b>Dívida Externa</b>	278.2	224.8	225.7	223.1	236.7	236.2
<b>Multilateral</b>	86.5	86.8	85.2	84.7	97.5	96.3
<b>Bilateral</b>	191.1	138.1	140.5	138.5	139.2	139.9
<b>Dívida Interna</b>	98.4	93.8	104.4	95.4	102.1	100.3
<b>Passivos Contingentes</b>	196.4	260.0	267.7	271.2	264.7	264.3

Fonte: Gabinete da dívida, 2025.

A insuficiência das exportações e o elevado acúmulo de dívidas externas evidenciam a fragilidade da capacidade do Estado em garantir condições sustentáveis de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Amartya Sen (2010), em *Desenvolvimento como Liberdade*, defende que o desenvolvimento não deve ser confundido com mero crescimento econômico. Para o autor, mais importante que o aumento do produto interno bruto é a ampliação das “liberdades substantivas” dos indivíduos, ou seja, o acesso efetivo à educação de qualidade, saúde, renda e oportunidades que lhes permitam levar uma vida digna. Assim, o crescimento econômico é apenas um meio necessário, mas não suficiente para a promoção do desenvolvimento humano.

No caso são-tomense, o modelo econômico vigente não tem possibilitado nem mesmo um crescimento capaz de gerar efeitos multiplicadores sobre a sociedade. A agricultura, centrada

em produtos primários, não se converte em motor de inovação tecnológica nem em vetor de qualificação dos recursos humanos, mantendo fraca relação com a produção científica e tecnológica. Além disso, a dependência estrutural de máquinas, insumos e equipamentos importados limita a autonomia produtiva e acentua a vulnerabilidade externa. Como resultado, as exportações não geram crescimento econômico significativo e tampouco criam postos de trabalho suficientes para ampliar o acesso da população à renda.

A área da saúde exemplifica de forma clara essa condição de subdesenvolvimento. A inexistência de um curso de medicina no país, aliada à escassez de médicos especialistas, obriga São Tomé e Príncipe a recorrer a profissionais estrangeiros para consultas e cirurgias, bem como à evacuação de pacientes para outros países, como Portugal e Guiné Equatorial. Essa dependência externa, somada à precariedade da infraestrutura hospitalar, limita a capacidade estatal de garantir um direito básico de cidadania.

À luz do pensamento de Amartya Sen, torna-se evidente que o desafio do desenvolvimento em São Tomé e Príncipe não se reduz ao crescimento econômico, mas envolve sobretudo a criação de condições sociais, institucionais e infraestruturais que assegurem liberdade real e bem-estar à população. O país permanece preso a um padrão de vulnerabilidade que compromete a consolidação de políticas públicas eficazes e, conseqüentemente, o avanço rumo a um desenvolvimento inclusivo. Segundo relatório da ONU (2025), referente ao ano de 2023 e 2024, o país apresenta um índice de pobreza de 66,7%, uma taxa de frequência líquida do segundo ciclo de ensino secundário de apenas 29,9%. Atualmente, no conjunto dos 193 países inscritos na ONU, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), São Tomé e Príncipe ocupa a posição 144 com um IDH de 0,613 (Téla Nón, 2025).

Após a tomada de independência e a oficialização de São Tomé e Príncipe enquanto Estado independente, a elite política que assumiu a governança do Estado não eram nem burocratas nem capitalistas. Assim, o debate de luta de classe do conceito marxista não era o caso santomense. Dado esse motivo, desde cedo, a política tornou-se meio de enriquecimento individual deixando de lado o seu papel social. Ainda nos dias atuais, a noção de classe social não encontra sua explicação nos conceitos marxista de classe. O conceito de classe no pensamento marxista define-se a parte daqueles que detinham os meios de produção (a burguesia), e os que têm que vender a sua força de trabalho como meio de garantir a sua subsistência e reprodução material (o proletariado), (Cafiero, 1981). Na realidade são-tomense esses conceitos não se aplicam totalmente devido algumas peculiaridades específicas na relação de trabalho que fazem com que o conceito de classe tenha sua característica própria. Durante a colonização, o modelo

econômico não permitia o surgimento de uma economia propriamente capitalista. O grupo dos mais letrados na altura que acabaram por dirigir o país com a tomada de independência não se tornaram capitalistas. Se limitaram apenas aos gestores dos bens públicos. Ainda nos dias atuais, passando 50 anos de independência, ainda não é possível identificar uma classe burguesa, isto é, capitalista, nos termos marxista. A elite política, acaba por ser também os que detinham pequenas empresas. Os grandes projetos estruturantes, as maiores empresas privadas e o comércio, são projetos financiados pelos organismos externos, ou por Estado e, com relação ao setor privado, são predominantemente empreendimentos estrangeiros.

O que se pretende colocar em evidência, é o fato de que a elite política, por serem os que detenham melhores condições financeiras, são também donos dos pequenos negócios que compõem o setor privado. Contudo, esses empreendimentos não geram grandes diversificação da economia, além disso, são empreendimentos voltados para área do comércio e prestação de serviço. Pouco ou quase nenhum investimento no setor industrial<sup>1</sup>. Isso demonstra que ainda não se consolidou uma classe burguesa detentora de capital.

A insistência no modelo primário deve-se também à existência de uma elite política que parece estar acomodada com a falta de modernização. Não tem se visto iniciativas que demonstrem o interesse em mudar as estruturas sucateadas da colonização. O país ainda carrega fortes vestígios da era colonial. Antigas senzalas hoje continuam sendo a moradia dos que permaneceram nas roças (antigas empresas agrícolas da era colonial). A falta de modernização tem criado ambiente propício para o clientelismo. As regras da cordialidade no país refletem a memória colonial, “doutor, chefe e patrão” são termos usados corriqueiramente para tratar alguém que aparenta ter boas condições financeiras, ou alguém com quem troca de favor pode ser estabelecido. Esses termos também demonstram a bajulação no cotidiano são-tomense. O mau funcionamento das instituições faz com que recorrer a práticas clientelistas seja alternativa e, com o passar do tempo, essas práticas têm se tornado a norma. “Luxo na miséria”, é expressão usada frequentemente entre a população para se referir a elite política. Enquanto a maioria da população vive em condições desfavoráveis, uma pequena minoria tem desfrutado do bom e do melhor, uma vida ostensiva em país subdesenvolvido. Assim, a falta de debate político sobre a necessidade de modernizar as estruturas do arquipélago, bem como o conformismo da elite são os primeiros obstáculos para a alternância do modelo primário exportador.

---

<sup>1</sup> Para um debate mais conciso sobre os tipos de investimento da elite política no país, necessita-se de dados que demonstram a sua participação no mercado interno. Tentou-se levantar dados sobre a quantidade de empresas legalmente cadastradas, mas não foi possível uma vez que o Guichê Único, responsável pela regularização das empresas alegou não ter esses dados disponíveis para compartilhar. O problema da transparência ainda é um desafio para pesquisa em São Tomé e Príncipe.

## CONCLUSÃO

A garantia das liberdades reais à população afirma-se como principal desafio do Estado são-tomense. A continuidade de uma economia pautada na exportação de produtos primários não têm conseguido diversificar o mercado interno de modo a promover novos postos de trabalho, qualificação da mão de obra e, por fim, forte dependência das importações.

O subdesenvolvimento que assola o país é entendido no plano da divisão internacional de trabalho e de uma economia desigual dentro do capitalismo global. A permanência do modelo primário exportador, é parte do projeto de exploração dos países ricos aos países subdesenvolvidos. Aliás, o subdesenvolvimento como demonstrado por vários autores, só pode ser compreendido mediante a relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Assim, como demonstrou Rodney (2022), o desenvolvimento da Europa, criou o subdesenvolvimento em África. Nesse sentido, o subdesenvolvimento em São Tomé e Príncipe é uma consequência dos longos anos de exploração em benefício da metrópole europeia. Embora a conquista formal da independência e a criação do Estado soberano, o arquipélago continua inserido na agenda neoliberal por outros meios. A falta de investimentos diretos estrangeiros em setores de maior valor agregado e incentivos apenas no setor agrícola, é um fato que comprova o objeto de continuar fazendo do país apenas um espaço de produção de matéria prima. Em contrapartida, o mercado interno são-tomense tem sido destino dos produtos industrializados dos países ricos.

O conformismo da elite e a sua eterna gratidão aos antigos colonos, têm corroborado para a continuidade do modelo econômico. Desse modo, o desenvolvimento tão esperado pela população tem sido adiado à medida que os anos vão se passando. A promessa de transformar São Tomé e Príncipe em Dubai como prometido ex-primeiro-ministro Patrice Trovoada, não tem passado de discursos agradáveis aos ouvidos dos eleitores. A política continua sendo fonte de benefício próprio, sustentando os luxos de uma pequena elite enquanto a maior parcela da população ainda vive sem fornecimento regular de energia elétrica e água potável. O baixo salário e a desvalorização da moeda têm encarecido o custo de vida devido a inexistência de um programa de substituição das importações. Dessa forma, a população tem de pagar caro os produtos industrializados devido os custos das importações associado a desvalorização da moeda.

A modernização da sociedade são-tomense apresenta-se como um dos principais desafios colocados ao Estado e, por outro lado, é o maior desejo da população dado o acesso às

mídias num país onde a globalização não tem contribuído para a modernização. Dessa forma, o que se observa é um desejo legítimo por elevação do padrão de vida. No entanto, questiona-se, é possível elevar o padrão de vida sem implementação de um programa de industrialização? Como demonstra Prebisch (1962), a industrialização tem sido o caminho pelo qual os países têm conseguido elevar o padrão de vida das suas populações.

## REFERÊNCIAS

- CAFFIERO, Carlo. O Capital: uma leitura popular. 2. ed. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
- CRUZ, Gualter Sousa Pontes da Vera. A Democracia em S. Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
- DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011.
- GILPIN, Robert. A economia política das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.
- KARL, Max; FRIEDERICH, Engel. A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- MENEZES, Aires Bruzaca de. Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Alto Douro: Novas Edições Acadêmica, 2015.
- \_\_\_\_\_. NAÇÕES UNIDAS. Relatório Anual 2024 - Nações Unidas São Tomé e Príncipe. São Tomé: ONU, jun. 2025. Disponível em: [https://saotomeeprincipe.un.org/sites/default/files/2025-06/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%202024%20-%20PT\\_compressed\\_0.pdf](https://saotomeeprincipe.un.org/sites/default/files/2025-06/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%202024%20-%20PT_compressed_0.pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Novo desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Boletín económico de América Latina, v. VII, n. 1, Santiago do Chile, 1962.
- RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos. Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/237237>.

SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. Anuário Antropológico, Brasília: UnB, v. 40, n. 2, p. 99-120, 2015.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_ TÉLA NÓN. São Tomé e Príncipe ocupa o 144º lugar no índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Téla Nón, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2024/06/20/44754/sao-tome-e-principe-ocupa-o-144o-lugar-no-indice-de-desenvolvimento-humano-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

Ayolsé Andrade Pires dos Santos: conceituação, redação do manuscrito, coleta de dados, discussão dos resultados.

Etiene Villela Marroni: discussão dos resultados, revisão.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:**

Ayolsé Andrade Pires dos Santos, residindo no Brasil desde 2015, possui graduação (UFSCar) e mestrado em Ciências Sociais (Unesp/Araraquara) e atualmente é doutorando no programa de Pós-graduação em Ciência Política pela UFPEL.

Etiene Villela Marroni, é graduada em Ciências Econômicas, mestre em Educação Ambiental e doutora em Ciência Política. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas e coordenadora do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho - CEDEPEM.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.